

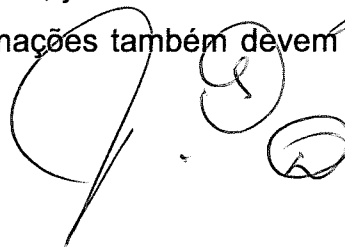
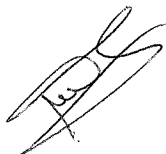


SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE

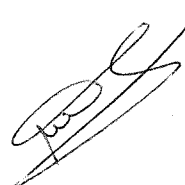
Ata da Reunião de Instalação da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná

Em 04 de abril de 2013, às 18h, na Sala dos Governadores do Palácio Iguazu, reuniu-se a Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná – CEV – para a realização de sua primeira reunião de trabalho. A reunião foi aberta pela Sra. Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Uille Gomes, que deu as boas vindas a todos e, em especial, à Dra. Maria Rosa G. Loula, Assessora da Comissão Nacional da Verdade – CNV –, que prestigiou a posse dos membros da Comissão Estadual, ocorrida às 17h deste mesmo dia, também no Palácio Iguazu. Na oportunidade, a Secretária de Estado informou que a rádio TV *É Paraná*, na pessoa do Secretário de Estado da Comunicação Marcelo Simas do Amaral Cattani, se colocou à disposição para divulgar e apoiar as atividades da Comissão recém inaugurada. A Secretária Maria Tereza, após desejar bom trabalho, retirou-se, passando a coordenação da reunião ao Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania, Dr. José Antônio Peres Gediél. Iniciando os trabalhos, a Dra. Maria Rosa Loula realizou uma breve exposição sobre o funcionamento, desafios e perspectivas da Comissão Nacional da Verdade. Também destacou a importância de 3 aspectos fundamentais para o bom funcionamento da Comissão Estadual, a saber: o aperfeiçoamento e definição da metodologia do trabalho; a manutenção do foco das atividades; e o trabalho em rede e parceria com todas as organizações e instâncias que tratem do tema. Em sua exposição, a Assessora da CNV destacou, ainda, a necessidade de a Comissão em âmbito estatal contar com uma estrutura de apoio adequada e com recursos financeiros que possam apoiar os trabalhos, tendo em vista a exiguidade de tempo para a conclusão do Relatório Final, previsto para o primeiro trimestre do ano de 2014. Na sequência, a Dra. Maria Rosa Loula aproveitou a oportunidade para expor, brevemente, as atividades dos 12 Grupos de Trabalho que operam da CNV, sendo eles compostos, cada um, por 2 membros. Ademais, colocou-se à disposição para maiores detalhamentos na sequência da reunião. Foi aberta então a palavra para as

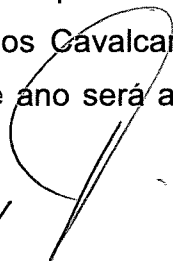
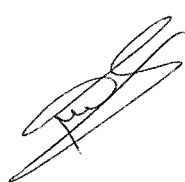
manifestações dos membros da Comissão Estadual da Verdade e dos membros do Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça. Assim, o Sr. Ciro, membro do mencionado Fórum, destacou a importância de a CEV contar realmente com um orçamento e com instrumentos adequados para viabilizar as atividades da Comissão, lembrando ainda que o Fórum dispõe de entidades que podem reforçar sobremaneira as parcerias com a CEV. Na sequência, o Dr. Daniel Godoy, representante da Comissão da Verdade da OAB/PR, reiterando as boas vindas à Dra. Maria Rosa, informou que a OAB/PR está pronta a colaborar com os trabalhos da Comissão Estadual, mencionando que vem trabalhando com as questões do sistema de justiça, violações perpetradas contra o exercício profissional e contra a pessoa dos advogados, começando a abrir novos eixos por área de atividade profissional, por exemplo, exercício da advocacia trabalhista, sindical e outras. Em seguida, tomou a palavra o recém-empossado membro da Comissão Estadual da Verdade, Dr. Luiz Edson Fachin, que destacou que o início dos trabalhos deve levar em consideração 3 pontos, quais sejam: o horizonte institucional da CEV, o que significa dizer a criação de uma metodologia de trabalho, de um Regimento Interno, e de uma definição de eixos temáticos e Grupos de Trabalho; a definição do tempo e espaço do trabalho, ao que a Dra. Maria Rosa lembrou que a CNV também restringiu os seus trabalhos ao período da Ditadura Militar (iniciando em 1964), mas que permanentemente há a necessidade de buscar antecedentes; também enfatiza que a CNV não trabalha com o recorte dos Estados da Federação, mas que é possível identificar as ações por Estado. Por último, o Professor Fachin lembrou o dever de transparência dos trabalhos e a necessidade de publicizar e levar ao conhecimento público todos os resultados obtidos pela CEV, destacando a importância de um uso permanente dos meios de comunicação, especialmente a Rádio e TV *É Paraná* e UFPR. Com a palavra, o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, também recém-empossado membro da Comissão Estadual, agradecendo a presença da Dra. Maria Rosa, lembrou a exiguidade de tempo e a necessidade de acelerar o trabalho da Comissão, estabelecendo uma coordenação e contando com o apoio efetivo de servidores com dedicação exclusiva para o trabalho da Comissão, e, ainda, a necessidade do Governo do Estado se comprometer com o fornecimento de todas as condições materiais para o bom andamento dos trabalhos, em especial a disponibilização de servidores com capacidade técnica. Na sequência, pediu a palavra o Sr. Narciso, do Grupo Tortura Nunca Mais, que, colocando a organização representada à disposição da CEV, mencionou que o Grupo Tortura Nunca Mais, desde o início do funcionamento da Comissão Estadual da Anistia, já vem realizando um trabalho de pesquisa e divulgação acerca da questão, cujas informações também devem ser de grande



valia para a Comissão Estadual da Verdade. Destacou, por último, que, em convênio com o Ministério da Justiça, está preparando um livro, que também poderá ser útil aos trabalhos da Comissão. Neste ponto, o membro da CEV Pedro Bodê lembrou a existência da Comissão da Verdade da UFPR, cujos trabalhos e informações poderão, de mesmo modo, ser de grande contribuição. O Dr. Bodê também indagou sobre a existência de um grupo que investigue a questão da segurança pública no período da ditadura, assim como a permanência deste modelo de segurança na atualidade, lembrando que as polícias ainda se pautam pela mesma ideia de eliminação e atemorização, especialmente no que tange aqueles moradores de comunidades, vistos como inimigos, sofrendo, assim, a mesma espécie de intimidação e violência praticada contra militantes durante o período ditatorial; tanto é assim que é comum a palavra "ditadura" ser invocada nessas áreas objeto de ações policiais. Em resposta, a Dra. Maria Rosa respondeu que não há grupo específico, mas que o tema está incluído no Grupo "Estado e Repressão", e que essa questão atual poderá entrar no Relatório Final, no Capítulo das Recomendações, cujo conteúdo abrangerá uma visão prospectiva e de futuro para a sociedade brasileira. Com a palavra, a Assessora do Ministério Público do Estado do Paraná, Shirley Magarete dos Reis Branco, que parabenizou os trabalhos de ambas as Comissões (estadual e nacional), lembrou do trabalho do Ministério Público na área de Direitos Humanos, além de questionar sobre a possibilidade de oitiva de pessoas que não queiram prestar depoimento perante toda a Comissão Estadual, ou que queiram manter o anonimato. Em resposta a Dra. Maria Rosa disse que há um conjunto de procedimentos para tais casos: que o anonimato é respeitado; que a CNV firma um termo de anonimato; e que o contato é feito por meio da Ouvidoria da Comissão, que capta tais pedidos. Com a palavra, a Sra. Gladys Renée de Souza Sánchez, da Casa Latino-Americana, destacou a importância do constante contato com todas as Comissões e grupos da América Latina que trabalhem com o tema, dispondo sua organização para contribuir com o trabalho, vez que também participa do Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça. Ademais, aproveitou para mencionar que estará realizando atividade no mês de outubro, onde poderá a CEV comparecer para articulação de atividades. A seguir, tomou a palavra a Dra. Ivete Maria Caribé da Rocha, ressaltando a importância do trabalho em cooperação, ratificando a importância de tornar pública todas as atividades da CEV e questionando a Dra. Maria Rosa sobre a questão da intimidação dos torturados ou agentes da repressão para prestarem depoimento, perguntando-se era possível à CNV delegar poderes à CEV com essa finalidade. Em resposta, a Dra. Maria Rosa mencionou que existem procedimentos seguidos pela CNV nesses casos, a saber: primeiramente, a CNV convida a pessoa a prestar depoimento; não comparecendo, a



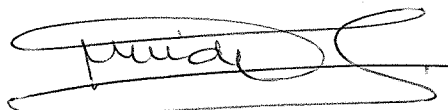
pessoa é convocada; geralmente, as pessoas convocadas vêm acompanhadas de advogados, invocando o direito de permanecer em silêncio; contudo, há casos em que prestam declarações, que são, com a devida autorização, gravadas apenas em áudio, sem filmagem. Informou ainda que tanto os convocados podem ir à CNV como a CNV pode se deslocar até moradia dos convocados. Por último, informou que, por se tratar de Lei Federal, não é possível delegar tal tarefa aos Estados, mas estes podem solicitar à CNV que convoque e ouça qualquer pessoa que julgar necessário. Na sequência, com a palavra, o Sr. Molina se apresentou como militante e servidor público que foi perseguido pela ditadura e, posteriormente, devidamente reparado pela Comissão Nacional de Anistia. Também destacou que tem trabalhado com informações a respeito do tema, tendo acervo significativo de arquivos que poderá disponibilizar, colocando-se à disposição. Já o Sr. Norton Nohama, articulador do Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça, iniciou sua palavra lembrando a existência de termos de cooperação do Governo Federal com a UFPR e com outras entidades que compõem o Fórum, e que a CEV poderá igualmente firmar instrumentos dessa natureza para fortalecer e facilitar os trabalhos. Enfatizou que o termo final dos trabalhos da Comissão Estadual ocorrerá em novembro de 2013, restando, portanto, 9 meses pra enviar o Relatório Final à Comissão Nacional da Verdade, ao que o Dr. Olympio, mais uma vez, lembrou a necessidade de a CEV ter uma estrutura de apoio robusta que garanta celeridade e cumprimento deste curto prazo. Por último, o Sr. Norton lembrou a necessidade de a CEV trabalhar com as mídias eletrônicas, ao que a Dra. Maria Rosa disse que todos os trabalho da CNV estão sendo gravados e filmados, e que o relatório multimídia será feito em colaboração com a UFMG, destacando mais uma vez a necessidade de parcerias com Universidades e outras organizações para enriquecer e aprofundar os trabalhos. Lembrou ainda que a CEV, a exemplo da Nacional, poderá ter uma estratégia para a publicização e produção multimídia, e que isso demanda também disponibilidade orçamentária. Com a palavra, o membro da CASLA, Professor Dimas Floriani, colocou à disposição da CEV não apenas sua instituição, como também seu programa de entrevistas *América Latina Viva*, da TV UFPR. Já a Sra. Melina Fachin, membro da Comissão da Verdade da OAB/PR, além de também se colocar à disposição para contribuir com o trabalho, repassou as informações das atividades da OAB neste campo, mencionando os seguintes projetos: a construção de um Centro de Memória na antiga sede da OAB, em frente à Biblioteca Pública; a construção, em conjunto com o Município de Curitiba, de um Centro de Direitos Humanos na antiga sede da UP, na Rua Carlos Cavalcante. Além disso, também informou que a temática da Conferência Estadual deste ano será a "justiça de transição". O



Dr. Fachin, que asseverou a necessidade de iniciar o trabalho da Comissão Estadual da Verdade imediatamente, tendo em vista a exiguidade do prazo para a conclusão dos trabalhos (9 meses) e, por isso, sugeriu que os membros das Comissões da Verdade existentes no Estado do Paraná participassem das reuniões como membros *ad hoc*, sugestão que foi prontamente acolhida por todos os presentes. Sugeriu ainda que na próxima reunião fosse aprovado o Regimento Interno da CEV, o calendário de reuniões, a divisão por eixos e temas de trabalhos, com respectivos membros responsáveis, bem como a designação de coordenador, que cujo mandato será de 3 meses, alternando-se entre os membros da Comissão. Além disso, sugeriu também marcar a reunião para a próxima semana, na quarta-feira, às 9h30, na Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, sugestão aceita por todos os presentes, com o destaque para o Dr. Olympio, que justificou sua ausência por participar, durante toda a semana do dia 8, da banca de exames orais do Ministério Público do Estado do Paraná. Ao final, o Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania agradeceu a presença de todos os membros e participantes, agradecendo em especial a valiosa e generosa participação da Dra. Maria Rosa G. Loula, que se deslocou de Brasília para participar da posse dos membros da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná, assim como desta reunião inaugural da mesma.



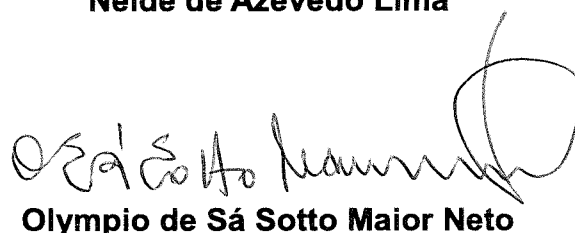
Ivete Maria Caribé da Rocha



Neide de Azevedo Lima



Luiz Edson Fachin



Olympio de Sá Sotto Maior Neto



Márcio Mauri Kieller Gonçalves



Pedro Rodolfo Bodê de Moraes



Vera Karam de Chueiri